



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 23 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 10/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 10/2016; -----
2. Proc. N.º MB-29/2016 – “Requalificação Urbana de Penamacor – Fase I: Requalificação Urbana do Acesso ao Cimo de Vila” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde Desenvolvido; -----
3. Atribuição de Apoio à Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Penamacor; -----
4. Plano de Ação de Regeneração Urbana de Penamacor – Aprovação de minuta de contrato; -----
5. AMCB – Participação Nacional de Projetos Aprovados; -----
3. Autorização para abertura de Procedimento Concursal Público Urgente – Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos na área do Concelho de Penamacor; -----
7. Atribuição de Loja na Praça Municipal; -----
8. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram quinze horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 23 de novembro do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares entregou aos senhores vereadores uma nota de imprensa que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. A nota foi redigida no seguimento da atribuição por parte da Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais da Carta Europeia de Turismo Sustentável a Terras do Lince no passado dia 7 de dezembro em Bruxelas. Na cerimónia de entrega do galardão esteve presente uma comitiva constituída pelos Presidentes de Câmara de Penamacor, Sabugal e Almeida, Presidentes das Assembleias Municipais de Penamacor e Sabugal e a Coordenadora dos Territórios do Côa. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 10/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 10/2016. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 22 de novembro de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----
Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – PROC. N.º MB-29/2016 – “REQUALIFICAÇÃO URBANA DE PENAMACOR – FASE I: REQUALIFICAÇÃO URBANA DO ACESSO AO CIMO DE VILA” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DESENVOLVIDO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, que se transcreve: -----
“Considerando que o órgão competente para decidir assuntos relacionados com esta empreitada é a Câmara Municipal, proponho que seja aprovado o desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde da empreitada apresentado pela entidade executante acoberto de sua carta com Ref.ª 33/AAL/16 de 07/12/2016. -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A celebração das festividades religiosas dedicadas à Nossa Senhora do Incenso reveste-se de grande significado para a população do concelho de Penamacor, maioritariamente católica. Tanto assim é que, inclusivamente, a data da celebração religiosa, que ocorre na segunda-feira imediatamente a seguir ao Domingo de Páscoa, corresponde ao feriado municipal. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A Capela de Nossa Senhora do Incenso constitui pois, um sítio de interesse para os penamacorenses e restante população do concelho, incluindo todos os que regressam por ocasião das festividades e assim tornam aquele espaço num local de reencontro e confraternização. -----

Compreende-se deste modo o interesse para o Município na criação ou melhoramento das condições que o espaço proporciona a todos os visitantes e peregrinos, designadamente através da construção de um altar exterior. -----

Assim, considerando a competência da Câmara Municipal para apoiar entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o Município, ao abrigo da alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja deliberado atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Penamacor, um apoio financeiro no valor € 26.800,00, para participação em 50% da despesa com a construção do altar exterior à Capela de Nossa Senhora do Incenso em Penamacor. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA DE PENAMACOR – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No seguimento da candidatura do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Penamacor apresentada no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro e da notificação da decisão final (2ª fase), torna-se necessário formalizar contrato com a Autoridade de Gestão do Programa. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Do contrato constarão as condições de financiamento, os direitos e obrigações quer do Município quer da Autoridade de Gestão e as demais condições que importa regular. -----

Os valores em questão são os que constam do documento que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere aprovar o Plano de Ação de Regeneração Urbana apresentado pelo Município e a assinatura do respetivo contrato, cuja minuta se encontra anexa à presente proposta”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – AMCB – COMPARTICIPAÇÃO NACIONAL DE PROJETOS APROVADOS.

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo em consideração os projetos apresentados pela Associação de Municípios da Cova da Beira, tal como constam da listagem que se anexa e faz parte da presente proposta, recai sobre o Município a responsabilidade pelo pagamento de um valor residual correspondente à componente nacional dos projetos executados e com ações diretas no Município de Penamacor. -----

Assim, proponho à Câmara Municipal que delibere aprovar o pagamento à Associação de Municípios da Cova da Beira, até ao final do corrente ano de 2016, do valor de € 14.615,69, que correspondem ao remanescente (após correção) da componente nacional dos projetos executados. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

6 – AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PÚBLICO URGENTE – RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS NA ÁREA DO CONCELHO DE PENAMACOR. -----

O Senhor Vereador Manuel Robalo comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea d) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. -----

O Executivo, aprovou por unanimidade a declaração de impedimento. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A celebração de um contrato de aquisição de serviços através de um concurso público urgente só é legalmente possível nos termos do artigo 155º do CCP em caso de urgência. -----

Sucedem porém que, ao contrário do referido no Artº 24º, n.º 1, alínea c) do referido código que só permite um ajuste direto na medida do estritamente necessário, por motivo de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante e de que as circunstâncias invocadas não sejam em caso algum imputáveis à entidade adjudicante, o regime legal do concurso público urgente apenas o condiciona ao conceito de urgência. -----

Este é o caso: – a falta de recolha e transporte dos resíduos sólidos e demais atividades conducentes à higiene urbana, põe em risco a saúde pública, não podendo ocorrer qualquer situação de descontinuidade desses serviços. -----

Finalmente, parece evidente que a contratação de serviços na área referida, por períodos muito curtos, e como já se disse, é uma necessidade que há-de ser ininterrupta, cria dificuldades ao Município, não só na disponibilização dos recursos internos para desenvolver sucessivos procedimentos, mas ainda na previsão e gestão dos recursos financeiros que a ela terão de ser afetados. -----

Deste modo, para dar concretização à urgência na nova contratação, não deixando de abrir a concorrência, e criando a desejada estabilidade no



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

fornecimento do serviço em causa, e considerando que, nos termos do artigo 18º, nº1, alínea b) do D. L. nº 197/99 de 8 de junho, o órgão competente para autorizar a despesa com esta prestação de serviços é a Câmara Municipal, nos termos do Artº 16.º, n.º1, alínea b) e dos artigos 130.º a 148º do CCP, para a formação de contrato de aquisição de serviços (Artº 450º a Artº 454º do CCP): -

- Para um prazo de 24 meses, (Artº 440, por força do Artº451, ambos do CCP);

- Com preço base de 198.000€ (cento e noventa e oito mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor (Artº 155º, alínea a), Artº 20º, nº1, alínea b), Artº 2º, nº1, todos do CCP, Anexo IV da Diretiva 2004/18/CE e Regulamento (EU) 2015/2342 da comissão de 15 de dezembro); -----

- A despesa para este encargo encontra-se devidamente prevista na rubrica orçamental 02/020220 e nas GOP – Projeto 2016/12, ação n.º 3 – Aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos e urbanos. -----

- Com anúncio a publicar no Diário da República (Artº 130º do CCP); -----

- Submetendo-se à aprovação o Programa de Concurso e Caderno de Encargos (Art.º 40.º, n.1, alínea b) e n.2, do CCP); -----

- Nos termos do disposto no Art.º 156º, nº2, do CCP, o presente procedimento está dispensado de Júri. -----

Nos mais, conforme Art.º 36º e 38º, ambos do CCP, conjugados co a alínea b) do nº1 do Art.º 18º do DL197/99, de 8 de junho, a decisão de contratar, autorizar a despesa e aprovar todos os atos inerentes ao desenvolvimento dos procedimentos é competência da Câmara Municipal”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Finda a deliberação, o senhor vereador regressou à sala de reuniões. -----

7 – ATRIBUIÇÃO DE LOJA NO MERCADO MUNICIPAL. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara que se transcreve: -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“Foi recebido requerimento apresentado pela Sr^a. D. Carly Bennett, residente na Quinta da Ferrenha, Rua de São Domingo, 6090-558 Penamacor, solicitando a concessão da loja nº. 39 para exercer aí a Atividade de Comercialização de Artesanato e Produtos Biológicos. -----

Considerando o interesse em permitir e até promover qualquer iniciativa privada que vise dinamizar a economia local, e tendo em conta que existem espaços disponíveis para ocupação na Praça Municipal, PROPONHO que seja deliberado: -----

Atribuir à requerente Carly Bennett, a loja nº. 39 da Praça Municipal para utilização exclusivamente de venda dos produtos atrás indicados, mediante o pagamento mensal da taxa prevista no nº. 2 do Artigo 94º da Tabela de Taxas do Município de Penamacor, que no corrente ano de 2016 corresponde a €119,80; -----

Que a concessão tenha duração de um ano com início a 01/01/2017, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos enquanto não for denunciada por qualquer das partes”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 10.337.553,81 euro e uma despesa também acumulada de 7.861.354,43 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dezasseis horas e dez minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares